



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS, CONTABILIDADE E SECRETARIADO
EXECUTIVO**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JÉSSICA AGUILERA SILVA

**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COM AS SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A
FORMAÇÃO DO PIB E NA POBREZA NO BRASIL ENTRE 1993 E 2013**

FORTALEZA

2016

JÉSSICA AGUILERA SILVA

**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COM AS SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE
A FORMAÇÃO DO PIB E NA POBREZA NO BRASIL ENTRE 1993 E 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^o. Dr^o. José de Jesus Sousa Lemos

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

-
- S58e Silva, Jéssica Aguilera.
Evolução do salário mínimo com as suas implicações sobre a formação do PIB e na pobreza no Brasil entre 1993 e 2013 / Jéssica Aguilera Silva. - 2015.
46 f. : il., color.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2015.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.
1. Produto interno bruto - Brasil. 2. Salário-mínimo. 3. Pobreza - Brasil. I. Título

JÉSSICA AGUILERA SILVA

**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COM AS SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE
A FORMAÇÃO DO PIB E NA POBREZA NO BRASIL ENTRE 1993 E 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Ceará, como requisito para obtenção do
Título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. José de Jesus Sousa
Lemos

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. José de Jesus Sousa Lemos (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Dr^o. Fabio Maia Sobral

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Alfredo José Pessoa de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter iluminado meus caminhos e me guiado, dando-me sabedoria e perseverança para a realização da graduação. Não me desamparando nos momentos mais difíceis e tornando-me uma pessoa melhor a cada dia.

À minha família que sempre apoiou minhas escolhas e acreditaram que eu seria capaz, em especial meus pais, Andréa Aguilera e Edson Aguilera, que batalharam para que eu estivesse em bons caminhos, me educaram e são responsáveis pelo caráter que hoje tenho. Às minhas irmãs, Arielle e Isabelle, que me motivam e estão presentes em todas as etapas de minha vida.

Ao meu namorado e companheiro, Rui Nóbrega, pela paciência e compreensão durante toda a fase que estive presente, por entender toda minha aflição e ansiedade, por me ajudar quando precisei, por me aconselhar e compartilhar comigo dos momentos de felicidade.

Ao meu orientador, Lemos, por mesmo sem me conhecer durante a trajetória acadêmica, me acolher como sua orientada fazendo parte dessa jornada com grandes ensinamentos tornando essa pesquisa possível através de sua orientação, pelo suporte, correções e incentivos.

A todos os colegas e amigos que de alguma forma contribuíram durante a trajetória acadêmica, e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

O foco do presente trabalho é aferir as implicações da evolução do salário mínimo sobre o Produto Interno Bruto do Brasil e regiões, bem como aferir se há implicação da elevação do salário mínimo sobre o Índice de Exclusão Social. Procurou-se conhecer os valores do salário mínimo, o Produto Interno Bruto do Brasil e regiões, o Produto Interno Bruto per capita do Brasil e regiões e o percentual da população excluída do Brasil e das cinco regiões. Os dados foram coletados através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) no período entre 1993 e 2013, do Censo Demográfico para o período de 2000 e 2010, ambas as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados confirmaram que a elevação do salário mínimo tem implicação sobre o Produto Interno Bruto, porém não tem implicação sobre o Índice de Exclusão Social. O maior número de excluídos está na região Nordeste e sobrevivem privados de educação, renda, água encanada, saneamento básico e coleta de lixo. Os menores índices de exclusão social são apresentados na região Sudeste. Desta forma, conclui-se que apenas a elevação do salário mínimo não implica na redução da exclusão social e que é necessária a criação de políticas públicas que priorizem o acesso a serviços essenciais à população, proporcionando melhoria no padrão da qualidade de vida da população brasileira.

Palavras-chave: Salário mínimo. Produto Interno Bruto. Exclusão Social. Pobreza. Educação. Renda. Água encanada. Saneamento. Coleta de Lixo.

ABSTRACT

The focus of this study is to assess the implications of changes in the minimum wage on the Gross Domestic Product of Brazil and regions, as well as assess whether there are implications of raising the minimum wage on the Social Exclusion Index. Seeks to recognize the values of the minimum wage, the Gross Domestic Product of Brazil and regions, the GDP per capita in Brazil and regions and the percentage of the excluded population of Brazil and the five regions. Data were collected through the Sample National Survey by Household (PNAD) in the period between 1993 and 2013, the Census for the period 2000 and 2010, both surveys conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results confirmed that a minimum wage has implication on the Gross Domestic Product, but has no implication on the Social Exclusion Index. The higher number of excluded are in the Northeast and survive deprived of education, income, running water, sanitation and garbage collection. The lowest levels of social exclusion are presented in the Southeast. Thus, it is concluded that only the increase in the minimum wage does not imply the reduction of social exclusion and the creation of public policies is necessary to prioritize access to essential services to the population, providing improvement in the standard of quality of life of the Brazilian population.

Keywords: Minimum wage. Gross Domestic Product. Social exclusion. Poverty. Education. Income. Piped water. Sanitation. Garbage collection.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Evolução do PIB per capita brasileiro no período de 1993 a 2013 (valores corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2013) | 31 |
| Gráfico 2 - Evolução do Salário Mínimo no período de 1993 a 2013 (valores corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2013) | 32 |
| Gráfico 3 - Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões no PIB Agregado do Brasil no período de 1993 a 2013 | 38 |
| Gráfico 4 - Evolução do IES na região Nordeste no período de 1993 a 2013..... | 39 |
| Gráfico 5 - Evolução do IES na região Norte no período de 1993 a 2013 | 40 |
| Gráfico 6 - Evolução do IES na região Sudeste no período de 1993 a 2013..... | 41 |
| Gráfico 7 - Evolução do IES na região Sul no período de 1993 a 2013..... | 41 |
| Gráfico 8 - Evolução do IES na região Centro-Oeste no período de 1993 a 2013..... | 42 |
| Gráfico 9 - Evolução do IES no Brasil no período de 1993 a 2013 | 43 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Crescimento (%) do PIB per capita por região no período de 1994 a 2013..... | 33 |
| Tabela 2 - Valores reais do PIB per capita no período de 1993 a 2013 (corrigidos pelo IGP-DI de 2013)..... | 34 |
| Tabela 3 - Crescimento (%) do Salário Mínimo no período de 1994 a 2013..... | 35 |
| Tabela 4 - Valores reais do Salário Mínimo no período de 1993 a 2013 (corrigidos pelo IGP-DI de 2013)..... | 36 |
| Tabela 5 - Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões no PIB Agregado do Brasil no período de 1993 a 2013..... | 37 |
| Tabela 6 - Evolução do IES (%) no Brasil e Região no período de 1993 a 2013 | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS

IES Índice de Exclusão Social

IGP-DI Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

PIB Produto Interno Bruto

UFC Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 13 |
| 2.1 | Uma breve perspectiva histórica..... | 13 |
| 2.2 | Desenvolvimento e Crescimento Econômico..... | 19 |
| 2.3 | Pobreza e exclusão social | 22 |
| 3 | METODOLOGIA | 27 |
| 4 | RESULTADOS | 30 |
| 4.1 | Aferições dos dados do PIB e Salário Mínimo | 30 |
| 4.2 | Aferições dos dados do IES..... | 39 |
| 5 | CONCLUSÃO | 44 |
| 6 | REFERÊNCIAS | 45 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho com título “Evolução do Salário Mínimo com as suas implicações sobre a formação do PIB e na pobreza no Brasil entre 1993 e 2013” busca demonstrar além do aspecto histórico da evolução do salário mínimo, entender qual a relação entre a evolução do salário mínimo em duas décadas e o que ocorreu com Produto Interno Bruto e com a pobreza nessa época, pois muito tem se falado a respeito das políticas mais expressivas para aumento do salário mínimo. Busca-se também neste trabalho avaliar a trajetória do salário mínimo comparando com a taxa de inflação de cada época para poder observar como se deu de fato o tão falado aumento do poder aquisitivo decorrente da implantação do Real e a estabilização da inflação nos últimos vinte anos. É preciso analisar se apenas o salário mínimo é capaz de reduzir a pobreza ou se é preciso políticas que visem não somente melhor transferência de renda que tem sido tão visadas e que foram implementadas a partir do governo Lula e estendidas ao governo Dilma, mas também melhoria na educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento já que são princípios básicos de necessidades sociais.

O objetivo dessa pesquisa é estudar comparativamente as evoluções dos PIB agregados do Brasil e regiões e do salário mínimo nos últimos vinte anos comparativamente à trajetória da inflação. Bem como estudar comparativamente a queda da pobreza no Brasil e a evolução do salário mínimo no Brasil nos últimos vinte anos.

Para estudar essa problemática a pesquisa buscará aferir as taxas de crescimento real do salário mínimo vis a vis do crescimento do PIB per capita do Brasil e regiões, aferir a relação crescimento do PIB per capita com crescimento do salário mínimo, comparar a evolução do salário mínimo com a taxa de crescimento da inflação e aferir a relação de queda da pobreza sendo sinônimo do Índice de Exclusão Social com a elevação do salário mínimo em nível federal e regional nos últimos vinte anos.

Este trabalho é composto por quatro seções: na primeira seção serão expostos os conceitos sobre Salário Mínimo, desenvolvimento e pobreza em uma breve perspectiva histórica; na segunda seção está presente a metodologia, é exposto bases de dados da pesquisa, os métodos de análise de dados e estatísticas; na terceira seção estão

os resultados obtidos através do exposto na seção anterior; e por fim na quarta seção está presente a conclusão de toda a pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Uma Breve Perspectiva Histórica

A economia brasileira esteve baseada no setor primário e de extração desde a época colonial onde os escravos faziam todo o trabalho braçal e os senhores apenas administravam o lucro que obtinham através da venda de produtos primários e da exportação dos mesmos para a Metrópole. Uma das classes dominantes durante o século XIX era a dos senhores agrícolas que também ocuparam o poder depois da independência do Brasil.

O desenvolvimento do Brasil sempre esteve muito aquém do desenvolvimento de outros países, como por exemplo, o desenvolvimento dos Estados Unidos. Como cita Celso Furtado (2009), enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. Essa diferença entre o Brasil e os outros países podia ser observada desde a grande diferença social, quanto no pensamento dos dirigentes da época, assim como no desenvolvimento da economia. Enquanto na Inglaterra ocorria a Revolução Industrial no fim do século XVIII e no começo do século XIX, no Brasil ainda se propagava a cultura agrícola escravista.

A economia pecuária esteve presente em todas as regiões Brasileiras, porém em cada uma possuía suas características como, por exemplo, na região Norte e Nordeste a economia pecuária era dependente da economia açucareira, pois existia onde havia os engenhos como forma de subsistência e alimentação para os escravos. Enquanto a região Sul e Sudeste a pecuária preexistiu à economia mineradora, esta última abriu um novo ciclo para as demais economias, possibilitando até o trabalho livre. Com o declínio da economia açucareira diante da perda do monopólio e com o declínio das exportações de ouro, crescia a importância do setor de subsistência que agravava cada vez mais a situação das regiões mais pobres.

Segundo Celso Furtado (2009), a causa principal do grande atraso relativo da economia brasileira foi o estancamento das suas exportações. Pois não haveria como

haver uma política de industrialização em um país que era dirigido por uma classe de grandes senhores agrícolas escravistas.

A economia cafeeira formou uma nova classe empresária no país, com mais experiência comercial que possibilitou aquisição de terras e maior organização do transporte interno e comercialização. O problema para o setor cafeeiro era a mão-de-obra quase inexistente que teve como solução trabalhadores com regime de “semiescravidão”. Com o fim da escravidão no fim do século XIX, o escravo passou a receber um salário monetário, que segundo Celso Furtado estava fixado pelo nível de subsistência prevalecente. Porém essa redistribuição de renda não trouxe melhoria na condição de vida dos “ex-escravos”, ao contrário disso, encontraram grandes dificuldades para sobreviver.

Do fim do século XIX e começo do século XX, a única região que apresentou crescimento significativo na renda per capita foi a Amazônica, devido o fluxo migratório com a expansão da economia da borracha. As demais regiões mantiveram um aumento não muito significativo na renda per capita, exceto a região Nordeste que teve uma involução devido o declínio total das exportações do açúcar e a expansão da pecuária de subsistência.

O atraso relativo da economia brasileira fez com que o país não conseguisse se integrar e acompanhar a expansão do comércio mundial, enquanto havia diversas transformações das estruturas econômicas nos países mais avançados, como por exemplo, os Estados Unidos. Isso fez com que agravasse ainda mais as diferenças do Brasil com países mais desenvolvidos, que se reflete nos dias de hoje com os problemas do subdesenvolvimento do país.

Com a mudança de economia escravista para trabalhadores assalariados, para que houvesse aumento da produtividade era preciso que o empresário dispendesse mais de seu capital para aplicar em aumento da mão-de-obra ou aperfeiçoasse o processo produtivo. Porém a cultura dos empresários ainda estava voltada para a expansão das plantações o que não gerava nenhuma tendência a aumentar a produtividade física, como cita Furtado (2009). E isso refletiu diretamente na elevação ocasional de preços, que por sua vez desequilibrava a balança de pagamentos, cuja correção se fazia por meio de ajuste cambial. A crise que deveria reduzir a margem

lucros dos empresários reduzia apenas a remuneração das classes não assalariadas, que por sua vez reduzia também a importação de bens de consumo já que importavam em sua maioria bens não essenciais.

Pode-se observar que toda a desigualdade existente entre os estados brasileiros e entre o Brasil com outros países advém de muito tempo. O que se busca neste trabalho é identificar aspectos que possam diminuir ou minimizar os efeitos da desigualdade de renda e desigualdade social no país.

No Brasil as lutas por regulamentação do salário mínimo começaram no final do século XIX, com ajuda dos sindicatos que lutavam contra a herança da cultura escravocrata que ainda persistia no país. Era reivindicada principalmente a determinação de um salário mínimo baseado no preço das necessidades atuais, além de pagamento semanal. Em 1920 as reivindicações acrescentaram também a estipulação da jornada de trabalho de oito horas, na proteção a trabalho das mulheres e das crianças e garantias contra acidentes de trabalho (GIANNOTTI, 2007, p. 63; GOMES, 2002, p. 18). De fato essas garantias somente foram implementadas no Governo de Getúlio Vargas na década de 30.

Apenas em 1930 o salário mínimo foi posto em um item de proposta empresarial. O anteprojeto de lei foi elaborado em 1931 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ainda nessa época foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que pretendia estabelecer o salário mínimo no nível de subsistência. Em 1936 foi assinada a Lei 185/1936 pelo então Presidente Getúlio Vargas que instituiu comissões com a atribuição de estudar as características de cada região do país com o objetivo de fixar o valor dos Salários Mínimos Regionais.

O salário mínimo foi instituído legalmente em 1940 pelo Decreto-Lei nº 2.162:

Art. 1º Fica instituído, em todo o país, o salário mínimo a que tem direito, pelo serviço prestado, todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, como capaz de satisfazer, na época atual e nos pontos do país (...), às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (BRASIL, 1940)

Segundo o DIEESE (2010), o Decreto-Lei nº 2.162 dividiu o país em 50 regiões para definição dos valores do salário mínimo de acordo com os aspectos citados no primeiro artigo, porém foram estipulados apenas 14 salários mínimos já que os valores de algumas regiões coincidiam. Os valores do salário mensal iam de 90\$000 (noventa mil réis) a 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis), sendo o menor valor para o interior dos Estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e o maior valor para o Distrito Federal, que nesta época era o Rio de Janeiro. Em São Paulo vigorava o segundo valor mais alto, 220\$000 (duzentos e vinte mil réis). O primeiro salário mínimo legal da história brasileira foi de 1º de julho de 1940.

O valor do salário mínimo, após ser estipulado por Decreto-Lei, estava abaixo do que era pago nas indústrias, porém estava acima do que era recebido nas atividades rurais. Para Oliveira (2003, p. 38 e 40), o salário mínimo era um mecanismo que permitia o Estado regular o preço da força de trabalho. Esse mecanismo possibilitava o acúmulo de capital e não se apresentava como forma de redistribuir a renda entre os patrões e os trabalhadores.

As leis do trabalho que foram divulgadas em 1943 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ratifica o que é exposto no Decreto-Lei nº 2.162 e inclui que o salário é pago pelo empregador. Além de dispor sobre a carteira de trabalho e previdência social, livros de registro de empregado, penalidades, jornada de trabalho, período de descanso, trabalho noturno, direito a férias e outros que não haviam sido expostos no Decreto-Lei nº 2.162.

Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (BRASIL, 1943)

O salário mínimo tem como uma de suas características assegurar o mínimo de sobrevivência para os trabalhadores e que se possa ter condições razoáveis de vida na sociedade. Segundo concepções internacionais, o salário mínimo é o menor valor monetário que pode ser pago aos trabalhadores em determinada região. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define salário mínimo como o salário que constitui o

piso para a estrutura salarial e é destinado a proteger os trabalhadores inseridos na base da distribuição salarial (ILO, 2008, p. 34). No terceiro artigo da Convenção nº 131 da OIT, de 1970 fica bastante claro sobre a definição do salário mínimo para assegurar as condições razoáveis na sociedade:

Art. 3 - Os elementos a tomar em consideração para determinar o nível dos salários mínimos deverão da maneira possível e apropriada, tendo em conta a prática e as condições nacionais, abranger:

a) as necessidades dos trabalhadores e das respectivas famílias, tendo em atenção o nível geral dos salários no país, o custo de vida, as prestações de segurança social e os níveis de vida comparados de outros grupos sociais. (...)

Assim como nas Convenções da Organização Internacional do trabalho a determinação do salário mínimo reflete a garantia de necessidades básica e garante um nível satisfatório de segurança e de vida, no Brasil o salário mínimo também estabelece desde sua criação que seja garantido o critério de atendimento às necessidades básicas, porém somente na Constituição Federal de 1988 foi explícita em um artigo a definição de salário mínimo:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim... (BRASIL, 1988).

O salário mínimo possui como função geral a garantia de condições básicas e a proteção aos trabalhadores mais vulneráveis, como já descrito acima, porém em cada país o salário mínimo desempenha outras funções além dessas. Segundo o DIEESE (2010) uma dessas funções do salário mínimo no Brasil é o combate à pobreza. Porém esse instrumento não se estende a proteger da pobreza no caso de desemprego ou

trabalhadores autônomos. Neste caso, deve haver outras medidas que possam combater e fiscalizar os que não têm suas necessidades básicas asseguradas pelo salário mínimo.

Segundo Soares (2002), a maior incidência de trabalhadores que recebem um salário mínimo está nas classes mais vulneráveis de trabalhadores, como mulheres, trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores que vivem Nordeste, pessoas com baixo grau de estudo, jovens, trabalhadores agrícolas e negros. Dessa forma, o salário mínimo age como um instrumento de combate à pobreza, principalmente nessas classes de trabalhadores vulneráveis e que não participam da barganha salarial.

A elevação do salário mínimo brasileiro nos últimos anos significou além do aumento do poder de compra das classes mais baixas, mas também diminuição dos índices de pobreza. Essa elevação depende também do ritmo da inflação e para ter o valor real de elevação deve-se corrigir o salário de acordo com o índice escolhido, nesse estudo o valor do salário mínimo é corrigido de acordo com o Índice Geral de Preços (IGP-DI). Com a inflação elevada o salário mínimo perde seu poder de compra e isso pode ser percebido em diversas etapas da economia brasileira, como por exemplo no período de 1983 a 1994 que teve uma grande aceleração inflacionária que diminuiu significativamente o poder aquisitivo do salário. Segundo o DIEESE (2010), nesse período a atividade econômica esteve estagnada e os movimentos sindicais lutavam para que houvesse maior velocidade nos reajustes salariais para tentar impedir a corrosão salarial. Em 1995 os salários voltaram a ter uma melhora com o controle da inflação, o que proporcionou alguns reajustes e melhora no poder aquisitivo. Nesse período também houve implantação do Real e o salário mínimo foi fixado em R\$70,00 após seu primeiro reajuste. Em 2013 o salário foi fixado em R\$678,00 apresentando um aumento nominal de 946% desde que foi implementado o Real e foi fixado em R\$64,79 em 1994, porém nesse mesmo período houve anos em que a inflação ultrapassou os 2000% de aumento. As maiores elevações reais do salário mínimo do período entre 1993 a 2013 foram nos anos de 2006, 2009 e 2010. O processo recente de elevação do salário mínimo está atrelado com a redução da desigualdade social e combate à pobreza, além da diminuição da taxa de desemprego que pode ser observada principalmente a partir de 2003.

Nos períodos mais recentes tem se observado políticas mais explícitas para valorização do salário mínimo, como por exemplo em 2007 foi estabelecido que os

reajustes não seriam negociados mais de forma ad hoc a cada ano e passou a ter uma política de valorização a longo prazo. Essa política prevê reajustes pela inflação incorrida desde o reajuste anterior e aumentos pela variação do PIB do ano anterior ao último para o período de 2008 a 2011. Porém como no período de 2011 o PIB não teve crescimento tão expressivo, o salário mínimo foi corrigido apenas com base na inflação. Mesmo com políticas mais explícitas para valorização do salário mínimo, pode-se observar que a elevação tem sido muito pequena nos últimos anos se comparado com as taxas de inflação que diminuem o poder aquisitivo do salário mínimo.

Ao corrigir o salário mínimo pela inflação com o índice IGP-DI, há um aumento gradual no valor real do salário, porém esse aumento é muito menor se comparado com o aumento nominal. Ou seja, prova-se que a inflação impacta diretamente na no poder aquisitivo do salário mínimo, bem como em seu aumento real durante as duas décadas. Durante os períodos de maior controle da inflação, houve maior aumento real do salário mínimo. Na evolução do valor nominal, apresenta um crescimento muito maior que na evolução real, tendo mais constância na evolução e não apresentando quedas como se pode observar na evolução real do salário mínimo. No período de 2009 a 2013 o salário mínimo apresentou maior valor desde a implantação do Real em 1994.

2.2. Desenvolvimento e Crescimento Econômico

Os conceitos de desenvolvimento econômico podem ser facilmente confundidos, e os mesmos já foram utilizados no passado como sinônimos. Porém há uma grande diferença entre os dois conceitos. Segundo Lemos (2010), o desenvolvimento econômico é muito mais abrangente que o crescimento econômico que é um indicador de quantidades que pode ser aferido através do PIB agregado ou da renda agregada. Para Furtado (1968, p.72), o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Neste sentido, observa-se que o desenvolvimento econômico envolve mudanças e melhorias na qualidade e no modo de vida da população, podendo ser analisado como um crescimento econômico acrescido de melhorias qualitativas para as pessoas.

O conceito de desenvolvimento econômico está presente desde os primeiros estudos econômicos, se fortalecendo na época do Mercantilismo, onde a economia era baseada em acúmulo de metais preciosos. Há origens teóricas que podem ser

observados nas obras de Adam Smith, David Ricardo, Malthus, John Stuart Mill, Marshall, Karl Marx, Schumpeter e Amartya Sen. E também há origens empíricas que são relacionadas à concentração de riqueza e distribuição de renda. Têm-se diversas linhas de pensamento a respeito dos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, mas nem sempre é muito clara a distinção sobre os dois conceitos.

Para os clássicos como Smith, Ricardo, Malthus, Mill e Marshall, a principal fonte para o crescimento (que era sinônimo de desenvolvimento) era o acúmulo de capital e o aumento de produtividade que estimula o aumento da produção, que por sua vez gerava mais lucro que poderiam ser convertidos em maiores investimentos. Marshall se destaca em alguns pontos diferentes dos demais clássicos, como na importância da educação, que para ele é o principal agente responsável pelo aumento da produtividade e para haver melhoria na vida das pessoas e não apenas crescimento econômico. Para os clássicos a variação populacional pode em curto prazo elevar os lucros dos capitalistas com a queda dos salários que aumentaria o nível de investimento, fazendo a economia crescer, levando a um estado de equilíbrio; e no longo prazo ser um freio para o crescimento econômico.

Karl Marx desenvolve seu estudo sobre a teoria econômica em seu livro *O Capital* onde critica a produção sendo relação social de criação de valor, onde ocorre a combinação de fatores de produção para unir os equipamentos aos salários e gerar a mais-valia, que se refere à exploração da classe capitalista sobre a classe operária ampliando o volume de mercadorias e de jornada de trabalho e mantendo os salários fixos. Para Marx (1968), o desenvolvimento das forças produtivas é a melhor forma de os capitalistas obterem a mais-valia. O investimento para Marx é a acumulação de capital que decorre da exploração da força de trabalho e o sistema capitalista reinveste esse lucro à medida que os trabalhadores são explorados. Em sua visão, Marx identifica a exploração sendo o motor para o crescimento e desenvolvimento. As críticas de Marx estão pautadas na melhoria e na mudança qualitativa na vida dos trabalhadores.

Schumpeter (1997) critica os métodos e os conceitos utilizados pelos clássicos para definir o desenvolvimento econômico. Critica ainda que conceito de desenvolvimento econômico seja ligado a fatores históricos evolutivos impostos por outros que não da própria iniciativa, nem individuais, nem circunstâncias gerais. Schumpeter (1977) coloca ainda que o “empresário” é meramente o portador das mudanças.

Com uma visão bastante diferente dos demais pensadores, Schumpeter elabora sua própria definição para desenvolvimento econômico:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há *nenhum* desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Para Schumpeter (1997), produzir é combinar materiais e força que estão ao nosso alcance. E quando se produz outras coisas com um método diferente, ou melhoram-se as antigas por meio de ajustes contínuos, há mudança e possivelmente haverá crescimento. Ou seja, neste sentido a inovação é também uma forma de desenvolvimento.

A realização de combinações novas significa, portanto, simplesmente o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico — o que pode fornecer uma segunda definição de desenvolvimento, no sentido em que o tomamos. Aquele rudimento de uma teoria econômica pura do desenvolvimento que está implícito na doutrina tradicional da formação de capital sempre se refere apenas à poupança e ao investimento de pequenos acréscimos anuais a ela atribuíveis. (SCHUMPETER, 1997, p. 78)

Para Schumpeter o motor do desenvolvimento é a inovação, ou seja, a realização de novas combinações. Segundo Schumpeter (1997), estas novas combinações podem ser realizadas de cinco maneiras: 1) Introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; 2) Introdução de um novo método de produção; 3) Abertura de um novo mercado; 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de

matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

Amartya Sen tem outro olhar para o desenvolvimento, levando ao questionamento do desenvolvimento como liberdade. Ele tenta interligar o desejo de possuir riqueza econômica e a percepção de vida que se pode levar com tal riqueza. Para Sen, a riqueza proporciona aos indivíduos a possibilidade de liberdade para realizar seus desejos, suas vontades e desse modo a riqueza não é a principal responsável pelo desenvolvimento. Essa liberdade para Sen são liberdade política, facilidade econômicas, oportunidades sociais garantia de segurança e outras liberdades proporcionadas que contribuem para a liberdade individual, que por sua vez podem ser incrementadas pelos programas governamentais de saúde, de educação, de saneamento básico e de habitação, entre outros que servem às necessidades dos indivíduos. O desenvolvimento deve contribuir para a liberdade dos indivíduos e melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. As visões de desenvolvimento econômico que ressaltam, por exemplo, o PIB, a produção, o consumo e a tecnologia (pouco reparando na liberdade como fator de desenvolvimento) foram nomeadas por Sen de visões restritas de desenvolvimento.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2000, p. 28)

2.3. Pobreza e Exclusão Social

A pobreza tem muitos significados e pode ser entendida de forma mais complexa ou de forma mais genérica e objetiva, dependendo de suas especificações e a qual nível será considerado como pobreza. Pode ser tida como apenas privação de necessidades básicas, ou apenas privação de renda ou pode ser em um sentido muito mais complexo abrangendo saneamento básico, anos de estudo e necessidades além da renda. Quando em um âmbito maior que privação de renda, a pobreza pode também ser entendida como exclusão social. Mais a frente será estudado caso a caso das especificidades da pobreza e quando se torna exclusão social.

No Brasil não há um consenso a respeito da definição de pobreza e é em geral fundamentado nas condições de vida inadequadas decorrente a baixos

rendimentos. Este conceito utilizado no Brasil é decorrente de conceitos internacionais como o do Banco Mundial (2000) que considera a linha de pobreza para quem ganha menos de U\$1,00/dia, neste caso utiliza-se da questão apenas da renda para definir a linha de pobreza. Segundo o Banco Mundial (2000, p. 65), a comparação entre países com níveis diferentes de desenvolvimento é um problema em potencial, por causa da diferença na importância do consumo de bens não mercantis.

Segundo o Human Development Report (1997, p. 25), pobreza é a negação das oportunidades de escolha dos itens essenciais para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa; ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, autoestima; e gozar de respeito por parte dos seus pares.

Em uma de suas pesquisas sobre pobreza no Brasil, Kageyama (2006) classifica três situações onde foi estabelecido o nível de pobreza que é definido de acordo com a linha de pobreza que foi estabelecida no rendimento mensal per capita de R\$150,00 e a privação de três equipamentos básicos, ou seja, privação de água canalizada, banheiro ou luz elétrica. Pessoas em extrema pobreza encontram-se abaixo da linha de pobreza e em privação dos três equipamentos básicos; pobres do tipo I estão abaixo da linha de pobreza possuem pelo menos um dos três equipamentos e pobres do tipo II estão acima da linha de pobreza e vivem em domicílios com menos de dois equipamentos. E os não pobres são pessoas com renda domiciliar per capita acima de R\$150,00 e possui pelo menos dois dos três equipamentos básicos. Para Kageyama (2006, p. 96), o uso de uma linha de pobreza única para todo o Brasil leva a superestimar as desigualdades regionais. Esta medida de pobreza é bastante complicada de ser utilizada uma vez que o custo de vida é muito diferente nas diversas regiões brasileiras, principalmente se comparado o interior do Nordeste com o Sudeste, ainda que esta classificação utilizada por Kageyama não se atenha apenas à renda.

Outra autora que analisa a pobreza brasileira de acordo com linha de pobreza e enfoque também na renda é Sônia Rocha, porém sua pesquisa é baseada em linhas de pobreza regionalizadas para que não ocorra o mesmo impasse de diferentes custos de vida observados na pesquisa de Kageyama. Para Rocha (2013, p.10), a grande que da pobreza no período entre 1993 e 2003 se deu pelo aumento de renda e pela estabilidade de preços que são mais perceptíveis para os pobres que são mais vulneráveis à corrosão pela alta de preço. Nessa época, além da estabilização da inflação, houve adoção de políticas de valorização do salário mínimo que teve grande

influência na redução da pobreza e implantação de programas de transferência de renda por parte do Governo Federal como, por exemplo, a criação do programa Bolsa-escola em 1995.

A política de valorização do salário mínimo que se mantém até hoje, tem tido efeitos positivos sobre a pobreza por duas vias. Pelo mercado de trabalho, já que os novos valores do mínimo sempre foram sancionados pelo mercado sem resistência, isto é, sem causar aumento da informalidade e/ou do desemprego. (...)

A segunda via da valorização do salário mínimo se deu em função de ele ser o piso para os benefícios previdenciários e assistenciais previstos na Constituição. (ROCHA, 2013, p.12)

Segundo Rocha (2006), no período de 2003 a 2011 houve redução sustentada da pobreza também decorrente a política de valorização do salário mínimo, comportamento do mercado e a expansão das transferências de renda assistências. Conforme já falado anteriormente, nesse período houve os melhores aumentos reais na renda brasileira decorrente da redução da taxa de inflação e este aumento foi principalmente para o quinto dos ocupados com rendas mais baixas. Além também do crescimento do PIB, que se manteve positivo nessa época, levando a expansão do mercado de trabalho. Neste período também houve criação de novos programas de transferência de renda federais como, por exemplo, o Bolsa-família que foi criado em 2003 e ainda se estende aos governos atuais, porém agora com o enfoque na pobreza extrema e nas famílias com criança. Segundo Rocha (2013, p.18), entre 2003 e 2011 a proporção de pobres caiu praticamente à metade, de 22,06% para 10,1. E esta redução sustentada da pobreza foi potencializa pela redução da desigualdade decorrente dos ganhos de rendimento na base da distribuição como da expansão das transferências de renda.

A queda sustentada da pobreza do ponto de vista da renda está fortemente vinculada ao declínio da desigualdade. (...) A queda da desigualdade acelera a queda da pobreza, já que, como bem sabido, a persistência da pobreza no Brasil não se deve ao nível de renda per capita, mas à enorme desigualdade da sua distribuição. (ROCHA, 2013, p. 21)

Além da desigualdade da distribuição de renda, a pobreza também está ligada à privação de necessidades sociais como saneamento básico, educação, alimentação e de índices como taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida.

Como já visto na perspectiva histórica, o Norte e principalmente Nordeste sempre foram mais prejudicados economicamente em relação ao Centro-Sul. Este fato não difere na questão da pobreza por se tratar de regiões economicamente mais vulneráveis e com recursos mais escassos em algumas localidades o Nordeste possui uma das maiores taxas de pobreza. Mesmo com as grandes reduções nas últimas duas décadas, o Nordeste ainda concentra uma grande parcela dos pobres brasileiros, enquanto a menor concentração está no Centro-Oeste.

Conforme se pode perceber, a maioria dos índices para aferir a taxa de pobreza estão ligados a uma linha de pobreza que por sua vez é intrinsecamente relacionado à privação de renda e ao consumo. Essa linha de pobreza divide-se em duas: a linha de pobreza relativa está relacionada à distribuição de renda, ligando o indivíduo ao lugar em que ocupa na sociedade. Já a pobreza absoluta está relacionada à privação de níveis mínimos de bens para suprir a necessidade básica. Em ambas as linhas de pobreza é estabelecido um patamar mínimo de consumo, ou de renda per capita que levará ao indivíduo ser classificado na pobreza relativa ou pobreza absoluta. Criar linhas de pobreza torna-se a pobreza generalizada, já que as comparações são feitas de modo geral e não se leva em consideração a regionalização das cestas de consumo, nem a sazonalidade da renda em determinadas regiões. Ainda pior é se utilizado a linha de pobreza determinada pelo Banco Mundial, pois o mesmo considera como pobre indivíduo com renda per capita inferior à U\$1,00 por dia. Ao converter esse valor em Real, ou em qualquer outra moeda, não seria conveniente, pois a variação cambial depende de vários fatores e o indivíduo classificado como pobre hoje talvez não o fosse amanhã.

Têm surgido outros indicadores que não levam em conta apenas o nível de renda per capita, esses novos indicadores analisam e aferem a taxa de pobreza com base também com o grau de escolaridade, falta de acesso à terra, falta de acesso a saneamento, falta de água tratada, esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade, entre outros serviços que são de necessidade para uma vida minimamente humana. Mesmo com maior número de indicadores, mesmo sendo índices mais completos, ainda é bastante difícil aferir a taxa de pobreza nestes casos já que alguns dados ainda são

fornecidos pelos municípios, por prefeituras ou pelo Governo, o que muitas vezes dificulta a total veracidade dos dados, ou até mesmo em casos em que não há dados divulgados pelos órgãos competentes. Com base nesses indicadores foi criado o Índice de Exclusão Social (IES) em 2002 por Lemos e este será utilizado no presente trabalho a fim de aferir os padrões de exclusão social, entendido como sinônimo de pobreza. O IES tenta captar os percentuais de pobres, ou de excluídos, nos municípios, grandes regiões e nos estados brasileiros.

Para Lemos (2012, p. 79), para que a pobreza não seja entendida apenas como privação de renda mínima e para não cometer equívocos na delimitação, é estendido o conceito de pobreza para exclusão social que é, além da privação de renda monetária, a falta de acesso aos ativos sociais mais essenciais.

tenta-se entender pobreza ou exclusão social como um estado de privações por que passam as famílias, tanto de renda monetária (como convencionalmente são medidos os indicadores de pobreza) como de privação de acesso a serviços essenciais necessários ao usufruto de uma vida com um mínimo de dignidade. (LEMOS, 2012, p. 80)

Segundo Lemos (2012, p. 92), a motivação para que seja feito o estudo do IES é a aferição das carências no acesso a educação, saúde, saneamento e acesso a moradias adequadas que são serviços que incrementam a qualidade de vida e contribuem para aumentar a esperança de vida ao nascer. Cada um dos índices tem extrema importância para amenizar os efeitos do baixo nível de renda e na exclusão social. A falta de programas públicos para melhorar o acesso às necessidades básicas, o corte de verbas para os programas já existentes e a redução da verba para os setores que mais precisam de atenção, tem tornando os serviços públicos cada vez mais precários que por sua vez impacta no nível da pobreza e da exclusão social.

A falta educação de qualidade, as altas taxas de analfabetismo e a baixa taxa de escolaridade geram mão de obra menos qualificada do ponto de vista dos empregadores, que tem como consequência rendimentos mais baixos, aumentando o nível da pobreza e da exclusão social. A exclusão social pode ser percebida principalmente no Nordeste, com já visto anteriormente, é a região que tem sofrido com desigualdade, pobreza e falta de investimento público desde a época colonial, levando assim a ser a região mais pobre do Brasil. Para Lemos (2012, p. 93), a baixa escolaridade é responsável, em grande medida, pela baixa taxa de remuneração ou pela

baixa renda no Brasil, principalmente no Norte e no Nordeste que são as regiões mais pobres.

O Índice de Exclusão Social criado por Lemos é composto por três indicadores: o primeiro indicador é o Passivo Social que é o percentual da população acima de quinze anos que se declarou como analfabeta. O segundo indicador é o Passivo Econômico que é o percentual da população que sobrevive em domicílios com renda que varia de zero a dois salários mínimos. E o terceiro indicador é o Passivo Ambiental que é por sua vez composto de três outros indicadores: Privagua é o percentual da população que sobrevive com a privação de água encanada e possui pelo menos um ponto torneira no domicílio; o segundo é o Privsane que é o percentual da população que sobrevive sem o serviço de esgotamento sanitário ou fossa séptica no domicílio; e o terceiro é o Privlixo que é percentual da população privada do serviço de coleta do lixo.

Pode-se verificar que o IES vai além dos outros indicadores de pobreza por se muito mais completo em seus índices mesmo com a dificuldade que todos os outros indicadores também têm. Além de verificar a pobreza apenas como privação de renda, no IES é proposto analisar outros dados e fatores que são tão ou mais importantes que a renda monetária para que se possa viver em uma condição digna e humana, não somente quantificando os resultados analisados, mas também os tornando como proposta de melhorar a situação precária observada nas regiões mais pobres e excluídas do país.

3. METODOLOGIA

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Demográfico para o período de 2000 e 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o período entre 1993 e 2013. Os dados coletados são referentes ao salário mínimo, à população, a alfabetização, ao abastecimento de água, ao saneamento, a coleta de lixo, ao PIB, ao PIB per capita e ao IGP-Di. As unidades de observação são as grandes regiões e o Brasil.

O modelo de regressão proposto consiste na realização de uma análise estatística com o objetivo de verificar a existência de uma relação funcional de causa e efeito entre uma variável dependente com uma ou mais variáveis independentes. O

modelo que será utilizado para verificar a relação entre as variáveis é de regressão linear simples apresentado por Gujarati (2004).

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + e_i \quad (1)$$

Onde:

Y_i : valor da variável dependente Y no i-ésimo nível da variável independente X.

β_0 : constante de regressão.

β_1 : coeficiente de regressão.

X_i : i-ésimo nível da variável independente X.

e_i : erro que está associado à distância entre o valor observado Y_i e o correspondente para o mesmo nível i de X.

Para estimar a equação e minimizar os erros, utiliza-se o método dos mínimos quadrados ordinários (MMQ) que apresenta os seguintes desdobramentos:

$$e_i = Y_i - \beta_0 - \beta_1 X_i \quad (2)$$

Elevando todos os membros ao quadrado,

$$e_i^2 = [Y_i - \beta_0 - \beta_1 X_i]^2 \quad (3)$$

Aplicando o somatório,

$$\sum_{i=1}^n e_i^2 = \sum_{i=1}^n [Y_i - \beta_0 - \beta_1 X_i]^2 \quad (4)$$

Derivando a equação (4) em relação a β_0 e β_1 e igualando-as a zero, obtém o sistema de equações normais e desse sistema obtém a equação estimada:

$$\hat{Y}_i = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 X_i \quad (5)$$

No caso da regressão utilizada para verificar a relação funcional entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o salário mínimo, o Produto Interno Bruto (PIB) será a variável dependente (\hat{Y}_i) e o salário mínimo será a variável independente (X_i). O mesmo correrá para verificar a relação funcional entre o Índice de Exclusão Social (IES) e o salário mínimo, onde o Índice de Exclusão Social (IES) será a variável dependente (\hat{Y}_i)

e o salário mínimo será a variável independente (X_i). Ou seja, será verificado se a cada 1 real de aumento do salário mínimo haverá um aumento ou diminuição percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e mesmo para o Índice de Exclusão Social (IES). Será verificado ainda se realmente há impacto da variável independente sobre a dependente, pois pode ocorrer de o resultado não ser relevante, quando o coeficiente de regressão é um número negativo e baixo.

Para calcular o Índice de Exclusão Social foi utilizado o modelo apresentado por Lemos (2012) é constituído por três indicadores: Passivo Social, Passivo Econômico e Passivo Ambiental. Segundo apresentado por Lemos (2012), o Passivo Social (Passocia) é o percentual da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta. O Passivo Econômico (Passecon) refere-se ao percentual da população que sobrevive em domicílio com renda que varia de zero até dois salários mínimos. Já o Passivo Ambiental (Passambi) decorre de três outros indicadores: Privagua que corresponde ao percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa; Privsane que afere o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos; e o terceiro indicador é o Privlixo que corresponde ao percentual de domicílios privados do serviço de coleta de lixo direta ou indiretamente.

A equação do IES é definida por:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3}; i = 1, 2, \dots, n; \quad (6)$$

Onde:

P_{ij} : corresponde aos respectivos pesos estimados por método multivariado de análise fatorial, cuja soma é um e é associado a cada um dos indicadores;

Y_{i1} : corresponde a Passocia;

Y_{i2} : corresponde a Passecon;

Y_{i3} : corresponde a Passambi.

A equação do índice Passambi é definida por:

$$PASSAMBI = P_{i4}Y_{i4} + P_{i5}Y_{i5} + P_{i6}Y_{i6} \quad (7)$$

Onde:

Y_{i4} : corresponde a Privagua;

Y_{i5} : corresponde a Privsane;

Y_{i6} : corresponde a Privlixo.

Igualmente a equação do IES, P_{ij} corresponde aos respectivos pesos cuja soma é um.

Os pesos definidos por Lemos (2012) através do método multivariado de análise fatorial para estimar o Passambi são: 0,35 para a variável Privagua, 0,35 para a variável Privsane e 0,30 para a variável Privlixo. Ficando a equação:

$$\text{PASSAMBI} = 0,35 \cdot (\text{PRIVAGUA} + \text{PRIVSANE}) + 0,30 \cdot \text{PRIVLIXO} \quad (8)$$

Para estimar a equação do IES utiliza-se o peso 0,35 para a variável Passocia, 0,35 para a variável Passecon e 0,30 para a âncora Passambi. Podendo a equação ser escrita como:

$$\text{IES} = 0,35 \cdot (\text{PASSEDUC} + \text{PASSECON}) + 0,30 \cdot \text{PASSAMBI} \quad (9)$$

No trabalho de Lemos (2012), a equação de estimação do Índice de Exclusão Social (IES) é utilizada para estimar os percentuais das populações excluídas nos municípios brasileiros, bem como nas regiões, estados e no Brasil nos anos de 2000 a 2010. Neste trabalho será estimado os percentuais das populações excluídas no Brasil e nas regiões no período de 1993 e 2013 a fim de verificar as possíveis mudanças e melhorias no IES em duas décadas.

4. RESULTADOS

4.1. Aferições dos dados do PIB e Salário Mínimo

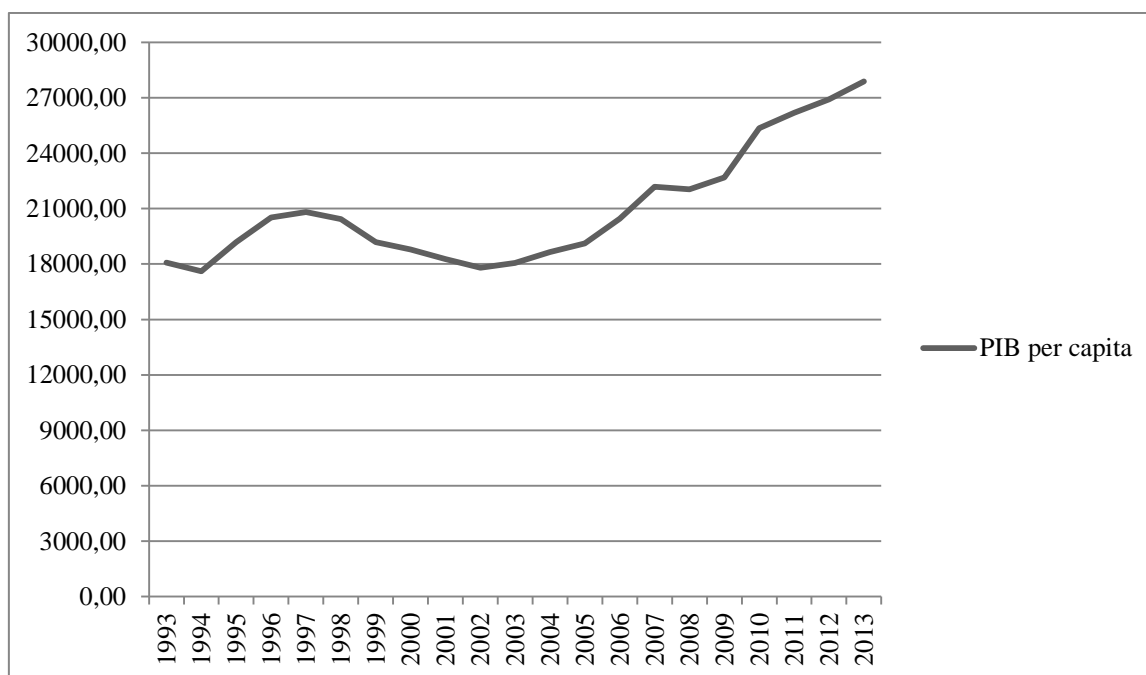
Os resultados para as regressões lineares foram obtidas através da utilização do software de análises estatísticas IBM SPSS e serão apresentados a seguir.

Na regressão das variáveis PIB per capita e salário mínimo, onde PIB per capita corresponde a variável dependente e salário mínimo corresponde a variável independente, o coeficiente de correlação que mede a força da relação entre as variáveis teve o valor de 0,358, o que corresponde que existe uma correlação diretamente proporcional, ou seja, na medida em que o PIB per capita aumentar o salário mínimo aumentará proporcionalmente. Porém essa correlação é fraca, uma vez que o valor aproxima-se de zero (0) e não de um (1). Outro valor que deve ser observado é o valor

de F, que avalia a importância relativa dos resíduos devido a entrada de uma nova variável sobre os resíduos da regressão sem esta variável. No caso da regressão do PIB per capita e do salário mínimo, o valor encontrado de F foi de 15,142, o que significa que há evidência linear entre as duas variáveis.

O resultado da regressão conclui que para cada um real (R\$1,00) de aumento do salário mínimo há elevação de 26,123% do PIB per capita. Onde se pode verificar que o salário mínimo tem implicância positiva sobre a formação e a elevação do salário mínimo nas últimas duas décadas.

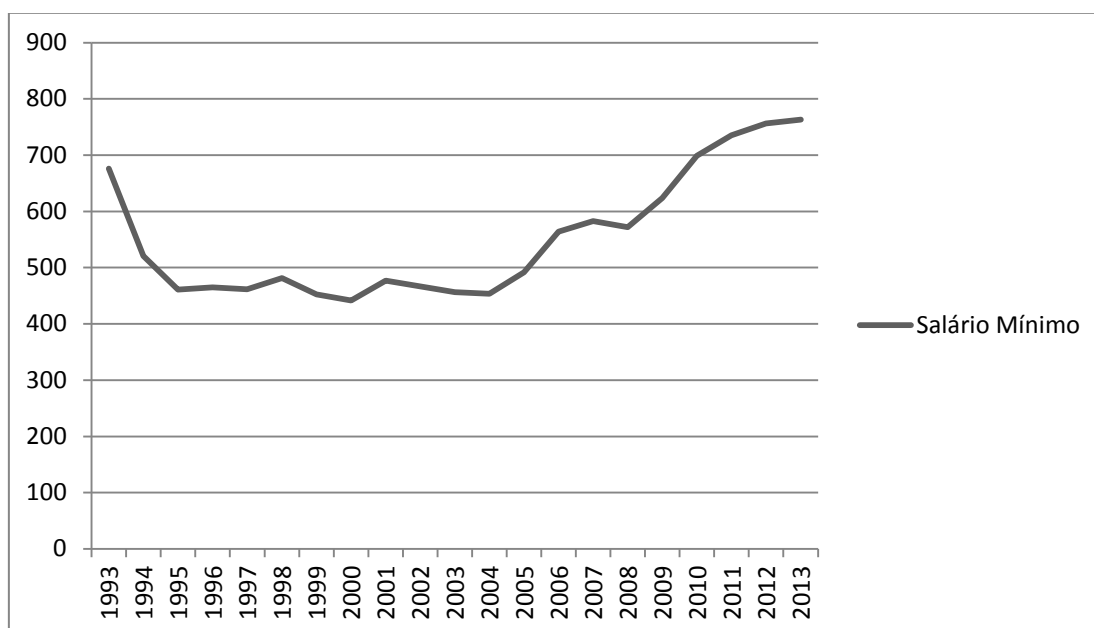
Gráfico 1 – Evolução do PIB per capita brasileiro no período de 1993 a 2013 (valores corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2013)



Fonte: IBGE, 1993, 2013.

No gráfico 2 é possível observar que o salário mínimo também evoluiu no período de 1993 a 2013, assim como é observado a elevação do PIB per capita brasileiro no gráfico 1. Observa-se que a regressão realizada captou a relação existente entre a evolução do PIB e do salário mínimo no Brasil entre 1993 e 2013.

Gráfico 2 – Evolução do Salário Mínimo no período de 1993 a 2013 (valores corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2013)



Fonte: IBGE, 1993, 2013.

A maior variação apresentada no crescimento do PIB per capita se deu na região Centro-Oeste onde apresentou 8% de variação entre o período de 1993 e 2013, apresentando o maior crescimento no ano de 2003 onde cresceu 23% se comparado com o ano anterior, neste mesmo ano o salário mínimo decresceu 2%. O maior decrescimento do PIB per capita foi no ano de 1999, com -12%, nesse mesmo ano o salário mínimo decresceu 6%. Na região Norte teve a variação de 6% no crescimento do PIB per capita, com maior crescimento no ano 2010 com 14% de crescimento comparado ao ano anterior e maior decrescimento do PIB per capita no ano 1999 com -8%. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram 5% de variação no crescimento do PIB per capita, ambas apresentando crescimento de 12% no ano de 2010. O maior decrescimento apresentado na região Nordeste foi observado no ano de 1994 com -23%, enquanto na região Sudeste foi observado nos anos de 2001 e 2002, com -4% de crescimento. A região Sul e o Brasil apresentaram apenas 4% de variação no crescimento do PIB per capita, sendo o maior crescimento observado no ano 2010 assim como as regiões Nordeste e Sudeste com crescimento de 12%. No Brasil o maior decrescimento foi apresentado em 1999 com -6%, enquanto no Sul foi observado para o mesmo ano o decrescimento de 4%. Os valores do crescimento podem ser observados no anexo na Tabela 1.

Tabela 1 – Crescimento (%) do PIB per capita por região no período de 1994 a 2013

| continua | | | | | | |
|-----------|--------|----------------------------------|--------|----------------------------------|--------|----------------------------------|
| ANO | REGIÃO | Crescimento PIB per capita | REGIÃO | Crescimento PIB per capita | REGIÃO | Crescimento PIB per capita |
| 1994 | BR | -3% | COE | 2% | NDE | -2% |
| 1995 | BR | 9% | COE | 6% | NDE | 9% |
| 1996 | BR | 7% | COE | 8% | NDE | 11% |
| 1997 | BR | 1% | COE | 3% | NDE | 1% |
| 1998 | BR | -2% | COE | 7% | NDE | -2% |
| 1999 | BR | -6% | COE | -12% | NDE | -5% |
| 2000 | BR | -2% | COE | 5% | NDE | -2% |
| 2001 | BR | -3% | COE | 0% | NDE | -2% |
| 2002 | BR | -3% | COE | 0% | NDE | 1% |
| 2003 | BR | 1% | COE | 22% | NDE | -4% |
| 2004 | BR | 3% | COE | 4% | NDE | 3% |
| 2005 | BR | 2% | COE | -1% | NDE | 5% |
| 2006 | BR | 7% | COE | 5% | NDE | 8% |
| 2007 | BR | 8% | COE | 9% | NDE | 7% |
| 2008 | BR | -1% | COE | 3% | NDE | 0% |
| 2009 | BR | 3% | COE | 7% | NDE | 6% |
| 2010 | BR | 12% | COE | 7% | NDE | 12% |
| 2011 | BR | 3% | COE | 4% | NDE | 5% |
| 2012 | BR | 3% | COE | 3% | NDE | 5% |
| 2013 | BR | 4% | COE | -1% | NDE | 1% |
| conclusão | | | | | | |
| ANO | REGIÃO | Crescimento PIB per capita | REGIÃO | Crescimento PIB per capita | REGIÃO | Crescimento PIB per capita |
| 1994 | NO | -7% | SUL | -1% | SDE | -3% |
| 1995 | NO | -2% | SUL | 5% | SDE | 12% |
| 1996 | NO | 6% | SUL | 8% | SDE | 6% |
| 1997 | NO | -4% | SUL | 0% | SDE | 2% |
| 1998 | NO | -4% | SUL | -2% | SDE | -3% |
| 1999 | NO | -8% | SUL | -4% | SDE | -6% |
| 2000 | NO | 0% | SUL | -3% | SDE | -3% |
| 2001 | NO | 0% | SUL | -1% | SDE | -4% |
| 2002 | NO | 2% | SUL | -3% | SDE | -4% |
| 2003 | NO | -5% | SUL | 2% | SDE | 0% |
| 2004 | NO | 6% | SUL | 2% | SDE | 3% |
| 2005 | NO | 2% | SUL | -2% | SDE | 4% |
| 2006 | NO | 8% | SUL | 5% | SDE | 7% |

| | | | | | | |
|------|----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2007 | NO | 9% | SUL | 11% | SDE | 8% |
| 2008 | NO | 1% | SUL | -1% | SDE | -1% |
| 2009 | NO | 1% | SUL | 3% | SDE | 2% |
| 2010 | NO | 14% | SUL | 12% | SDE | 12% |
| 2011 | NO | 9% | SUL | 2% | SDE | 7% |
| 2012 | NO | 0% | SUL | 3% | SDE | 3% |
| 2013 | NO | 3% | SUL | 5% | SDE | 0% |

Fonte: IBGE, 1993, 2013.

Na tabela 2 podem ser observados os valores do PIB per capita do Brasil e das regiões para os períodos de 1993 a 2013 corrigidos pelo IGP-DI de 2013.

Tabela 2 – Valores reais do PIB per capita no período de 1993 a 2013 (corrigidos pelo IGP-DI de 2013)

| ANO | REGIÃO | PIB per capita | REGIÃO | PIB per capita | REGIÃO | PIB per capita |
|------|--------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|
| 1993 | BR | 18076,44 | COE | 16025,79 | NDE | 8057,16 |
| 1994 | BR | 17606,18 | COE | 16301,16 | NDE | 7907,34 |
| 1995 | BR | 19179,35 | COE | 17252,19 | NDE | 8579,99 |
| 1996 | BR | 20522,82 | COE | 18651,45 | NDE | 9489,63 |
| 1997 | BR | 20819,23 | COE | 19261,54 | NDE | 9592,31 |
| 1998 | BR | 20429,47 | COE | 20584,97 | NDE | 9437,25 |
| 1999 | BR | 19191,25 | COE | 18097,37 | NDE | 8938,04 |
| 2000 | BR | 18794,39 | COE | 18994,77 | NDE | 8763,02 |
| 2001 | BR | 18263,64 | COE | 19005,85 | NDE | 8561,12 |
| 2002 | BR | 17804,32 | COE | 19052,87 | NDE | 8619,55 |
| 2003 | BR | 18056,44 | COE | 23247,17 | NDE | 8280,00 |
| 2004 | BR | 18653,51 | COE | 24155,08 | NDE | 8546,74 |
| 2005 | BR | 19108,51 | COE | 23939,90 | NDE | 9013,00 |
| 2006 | BR | 20445,18 | COE | 25058,81 | NDE | 9715,55 |
| 2007 | BR | 22178,37 | COE | 27360,41 | NDE | 10347,76 |
| 2008 | BR | 22042,69 | COE | 28083,95 | NDE | 10321,96 |
| 2009 | BR | 22683,91 | COE | 29987,44 | NDE | 10951,66 |
| 2010 | BR | 25354,45 | COE | 32007,29 | NDE | 12264,51 |
| 2011 | BR | 26190,30 | COE | 33194,17 | NDE | 12889,55 |
| 2012 | BR | 26902,32 | COE | 34331,91 | NDE | 13495,06 |
| 2013 | BR | 27880,48 | COE | 34077,29 | NDE | 13658,20 |

continua

| conclusão | | | | | | |
|-----------|--------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|
| ANO | REGIÃO | PIB per capita | REGIÃO | PIB per capita | REGIÃO | PIB per capita |
| 1993 | NO | 13582,56 | SUL | 22151,51 | SDE | 24438,56 |
| 1994 | NO | 12694,98 | SUL | 21907,34 | SDE | 23621,62 |
| 1995 | NO | 12471,18 | SUL | 22895,34 | SDE | 26399,26 |
| 1996 | NO | 13228,22 | SUL | 24721,99 | SDE | 27941,91 |
| 1997 | NO | 12665,38 | SUL | 24623,08 | SDE | 28600,00 |
| 1998 | NO | 12217,70 | SUL | 24065,16 | SDE | 27856,35 |
| 1999 | NO | 11280,48 | SUL | 23019,55 | SDE | 26209,25 |
| 2000 | NO | 11314,26 | SUL | 22361,03 | SDE | 25470,51 |
| 2001 | NO | 11267,58 | SUL | 22049,92 | SDE | 24470,02 |
| 2002 | NO | 11524,50 | SUL | 21364,30 | SDE | 23533,43 |
| 2003 | NO | 10987,93 | SUL | 21748,59 | SDE | 23620,06 |
| 2004 | NO | 11653,75 | SUL | 22116,03 | SDE | 24440,72 |
| 2005 | NO | 11869,35 | SUL | 21645,58 | SDE | 25354,43 |
| 2006 | NO | 12873,32 | SUL | 22819,19 | SDE | 27250,50 |
| 2007 | NO | 14005,86 | SUL | 25397,12 | SDE | 29557,28 |
| 2008 | NO | 14083,86 | SUL | 25169,27 | SDE | 29201,38 |
| 2009 | NO | 14247,51 | SUL | 25911,29 | SDE | 29695,92 |
| 2010 | NO | 16291,75 | SUL | 29146,51 | SDE | 33334,86 |
| 2011 | NO | 17705,72 | SUL | 29847,97 | SDE | 35809,67 |
| 2012 | NO | 17686,65 | SUL | 30722,77 | SDE | 36741,59 |
| 2013 | NO | 18147,91 | SUL | 32151,60 | SDE | 36678,74 |

Nesse mesmo período, o salário mínimo teve a variação de 13%, sendo observado o crescimento de 15% no ano de 2006 sendo o maior para o período entre 1993 e 2013 e o maior decréscimo em 1994, com 23% de redução.

Tabela 3 – Crescimento (%) do Salário Mínimo no período de 1994 a 2013

| ANO | Crescimento SM |
|------|----------------|
| 1994 | -23% |
| 1995 | -11% |
| 1996 | 1% |
| 1997 | -1% |
| 1998 | 4% |
| 1999 | -6% |
| 2000 | -2% |
| 2001 | 8% |

| | |
|------|-----|
| 2002 | -2% |
| 2003 | -2% |
| 2004 | -1% |
| 2005 | 8% |
| 2006 | 15% |
| 2007 | 3% |
| 2008 | -2% |
| 2009 | 9% |
| 2010 | 12% |
| 2011 | 5% |
| 2012 | 3% |
| 2013 | 1% |

Fonte: IBGE, 1993, 2013.

Na tabela 4 pode ser observados os valores reais do salário mínimo para o período de 1993 a 2013, estes valores foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) de 2013, ou seja, estão corrigidos a valores presentes tornando possível a análise para anos onde a moeda ainda não era o Real.

Tabela 4 – Valores reais do Salário Mínimo no período de 1993 a 2013 (corrigidos pelo IGP-DI de 2013)

| ANO | SALÁRIO MÍNIMO |
|------|----------------|
| 1993 | 676 |
| 1994 | 520 |
| 1995 | 461 |
| 1996 | 465 |
| 1997 | 462 |
| 1998 | 481 |
| 1999 | 452 |
| 2000 | 441 |
| 2001 | 477 |
| 2002 | 467 |
| 2003 | 456 |
| 2004 | 454 |
| 2005 | 492 |
| 2006 | 564 |
| 2007 | 583 |
| 2008 | 572 |
| 2009 | 623 |
| 2010 | 699 |

| | |
|------|-----|
| 2011 | 735 |
| 2012 | 756 |
| 2013 | 763 |

No PIB agregado do Brasil, a participação da região Sudeste sempre foi muito mais expressiva que das outras regiões e isso se justifica com os grandes investimentos feitos nesta região desde os tempos mais remotos, e também pelas características econômicas ali encontradas, como a grande industrialização e a maior produção de bens mais elásticos que em outras regiões. Porém nas últimas décadas a região Centro-Oeste tem ganhado espaço na participação relativa do PIB agregado brasileiro, este aumento decorre do aumento do agronegócio e da produção de produtos primários, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul há a uma das maiores produções de commodities do país com a grande produção de soja. Esta grande produção no Centro-Oeste se dá com máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados. A baixa participação do Norte e do Nordeste decorrem da falta de política econômica que priorizasse melhoria e implementação de indústrias e tecnologia. A região Norte tem a economia baseada no extrativismo e na produção agrícola com pouca tecnologia, tem pouca infraestrutura para locomoção sendo feita através de embarcações pelos grandes rios e a região Nordeste tem a economia baseada na agricultura familiar de subsistência e sofre com a seca nos últimos anos. O aumento na participação relativa do PIB brasileiro destas duas regiões tem sido muito pequeno, quase sendo mantido o mesmo patamar nas duas últimas décadas. Na região Sul pode-se observar a diminuição da participação no PIB agregado do Brasil, mas ainda assim esta participação é maior que a do Nordeste. Esta região possui bons complexos industriais e grandes vinícolas, além de ser o maior produtor de arroz, possuir uns dos maiores rebanhos bovinos do Brasil e ter um grande atrativo turístico.

Tabela 5 - Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões no PIB Agregado do Brasil no período de 1993 a 2013

| | continua | | | | | | | | | |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Estado | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
| Brasil | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Norte | 5,24 | 5,09 | 4,64 | 4,64 | 4,42 | 4,48 | 4,45 | 4,6 | 4,76 | 5,04 |
| Nordeste | 12,82 | 12,87 | 12,78 | 13,17 | 13,08 | 13,05 | 13,11 | 13,09 | 13,12 | 13,52 |
| Sudeste | 57,73 | 57,27 | 58,72 | 58,07 | 58,57 | 58,16 | 58,25 | 57,79 | 57,12 | 56,34 |

| | | | | | | | | | | |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Sul | 18,42 | 18,67 | 17,89 | 18,03 | 17,68 | 17,48 | 17,75 | 17,57 | 17,80 | 17,66 |
| C.Oeste | 5,79 | 6,10 | 5,98 | 6,08 | 6,24 | 6,84 | 6,45 | 6,95 | 7,2 | 7,44 |

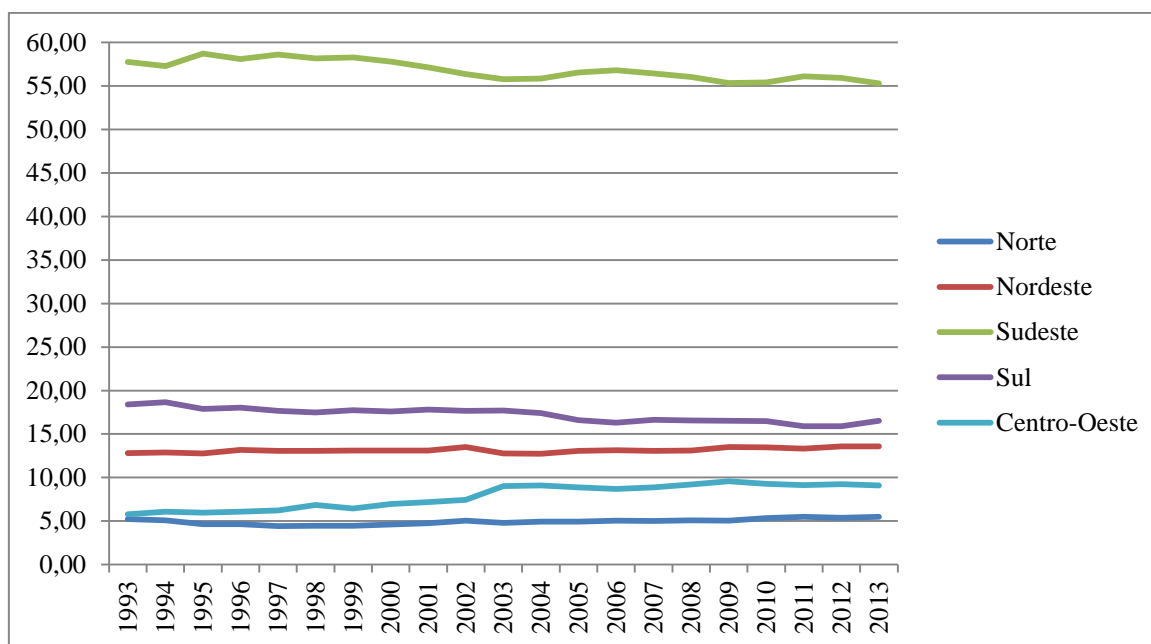
conclusão

| Estado | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Norte | 4,78 | 4,95 | 4,96 | 5,06 | 5,02 | 5,1 | 5,04 | 5,34 | 5,51 | 5,38 | 5,50 |
| Nordeste | 12,77 | 12,72 | 13,07 | 13,13 | 13,07 | 13,11 | 13,51 | 13,46 | 13,34 | 13,57 | 13,60 |
| Sudeste | 55,75 | 55,83 | 56,53 | 56,79 | 56,41 | 56,02 | 55,32 | 55,39 | 56,09 | 55,91 | 55,27 |
| Sul | 17,70 | 17,39 | 16,59 | 16,32 | 16,64 | 16,56 | 16,54 | 16,51 | 15,91 | 15,89 | 16,52 |
| C.Oeste | 9,01 | 9,11 | 8,86 | 8,71 | 8,87 | 9,2 | 9,59 | 9,30 | 9,15 | 9,24 | 9,12 |

Fonte: IBGE, 1993, 2013.

No gráfico 3 se pode perceber claramente a concentração do PIB agregado do Sudeste da na participação relativa do Brasil, assim como a estabilidade da participação do PIB agregado do Nordeste e a elevação do PIB agregado do Centro-Oeste.

Gráfico 3 – Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões no PIB Agregado do Brasil no período de 1993 a 2013



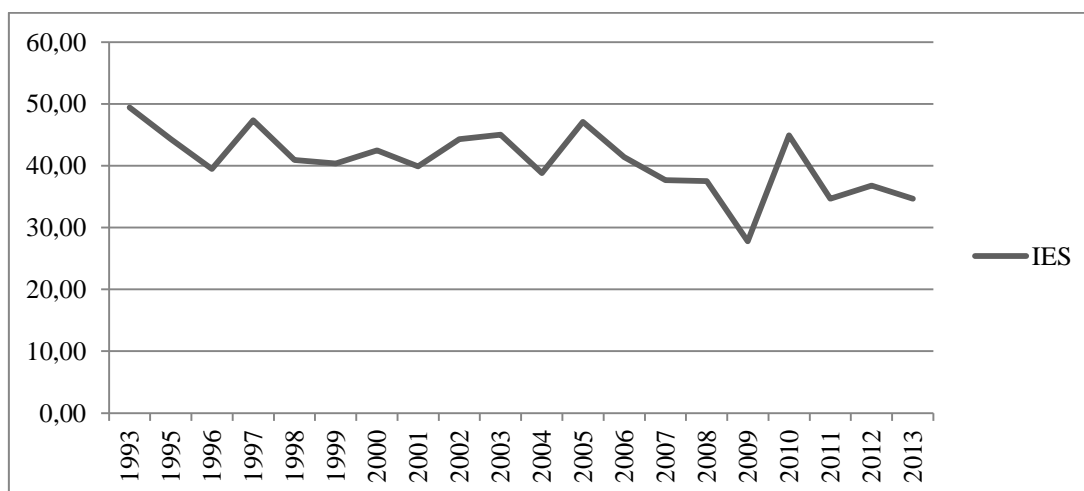
Fonte: IBGE, 1993, 2013.

4.2. Aferições dos dados do IES

Na regressão realizada para verificar relação funcional entre a variável dependente IES e a variável independente Salário mínimo, observou-se que o coeficiente de correlação apresentou um número muito baixo (0,036), o que significa que a correlação entre as duas variáveis é baixa. O F obtido também apresentou um número bastante baixo (0,126), significando que não há evidência linear entre as duas variáveis. Portanto, conclui-se que o aumento ou a redução do salário mínimo não tem impacto tão significativo no aumento ou na redução do Índice de Exclusão Social.

Os quatorze maiores valores observados do IES são para a região Nordeste, sendo o maior deles no ano de 1993 onde o IES verificado foi de 49,42%. Neste ano o IES do Brasil era de 28,93%. A alta taxa de exclusão social no Nordeste se dá pelo alto índice de principalmente pelo alto índice de privação de renda, de saneamento básico e de coleta de lixo, além da alta taxa de analfabetismo da população acima de quinze anos. Demonstrando assim o total descaso com a população que vive em situação mais precária e periférica desta região. A maior redução observada no IES do Nordeste foi no ano 2009 onde o IES foi reduzido em 26% passando de 37,50% em 2008 para 27,79% em 2009, porém no ano seguinte apresentou um aumento de 62% indo para 44,91% em 2010. A variação na redução/crescimento do IES do Nordeste é de 69%.

Gráfico 4 – Evolução do IES na região Nordeste no período de 1993 a 2013

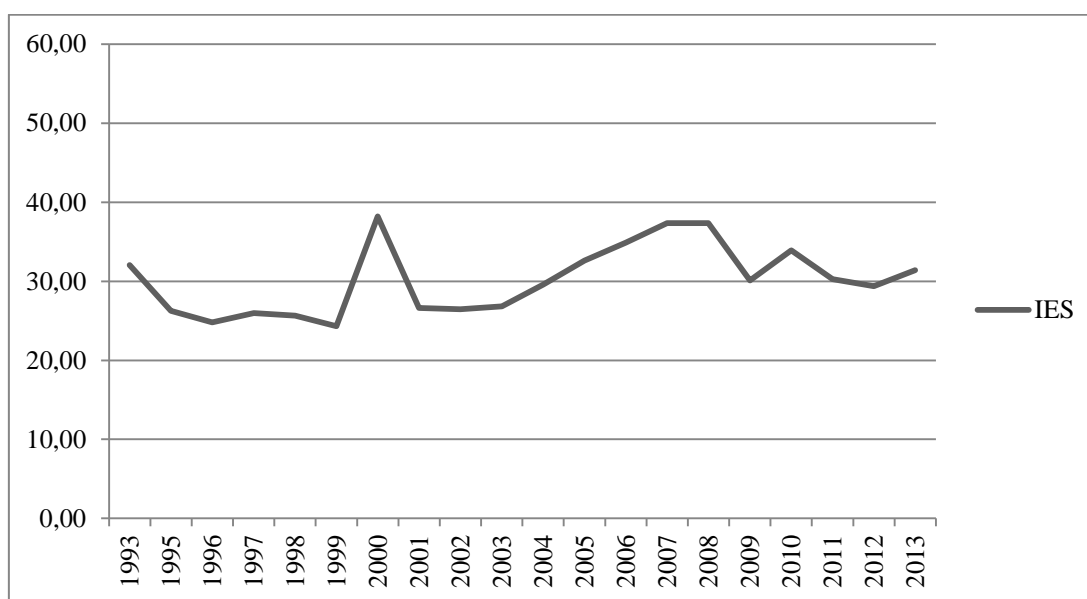


Fonte: PNAD, 1993, 2013.

A segunda região com o pior IES verificado foi o Norte, com seu pior índice no ano 2000 calculado em 38,18% de exclusão. Na região Norte pode-se

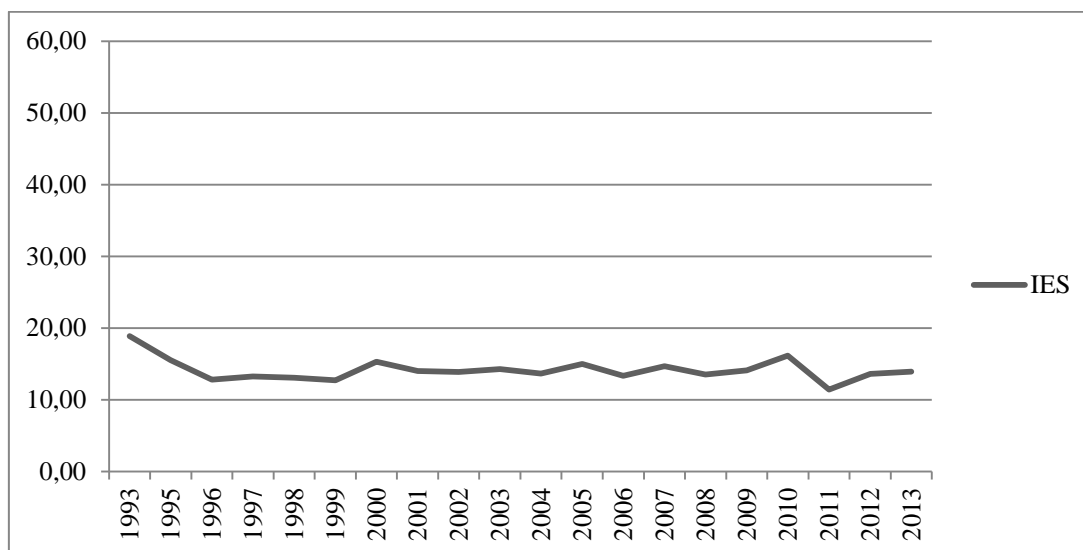
observar o alto índice de privação de renda, privação de água encanada em pelo com pelo menos um ponto e a privação de saneamento básico. O maior aumento do IES do Norte foi no ano 2000, onde teve um aumento de 57% passando de 24,31% de exclusão no ano 1999 para 38,18% em 2000 e a maior diminuição foi observada no ano seguinte, reduzindo 30% passando para 26,62% de exclusão. A variação do IES na região Norte entre o período de 1993 a 2013 foi de 56%.

Gráfico 5 – Evolução do IES na região Norte no período de 1993 a 2013



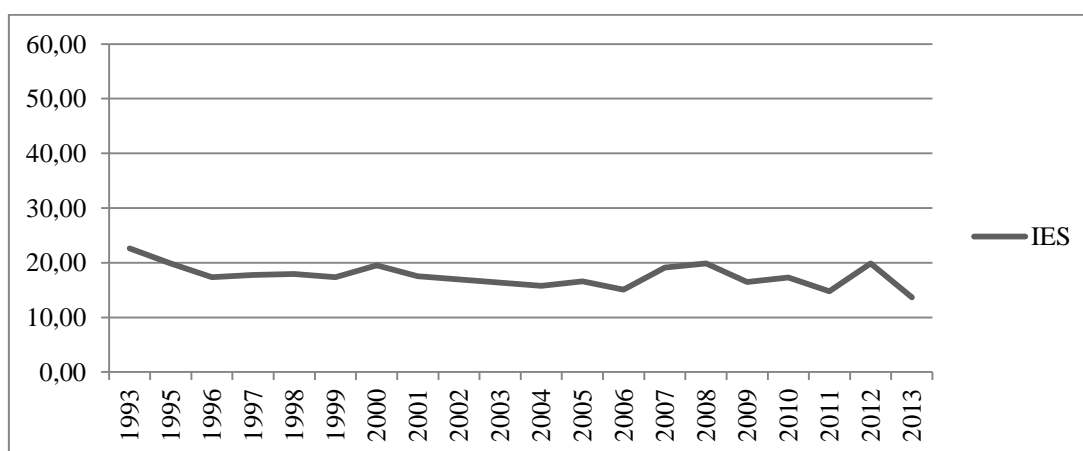
Fonte: PNAD, 1993, 2013.

Os melhores índices apresentados são da região Sudeste, com o melhor índice apresentado em 2011 com apenas 11,40% da população excluída. Neste mesmo ano o Brasil apresentou 21,51% de exclusão, sendo quase o dobro do que foi apresentado no Sudeste. No geral, os melhores índices apresentados na região Sudeste é a baixa taxa de analfabetismo, a baixa taxa de privação de água e de coleta de lixo. O que concretiza que a elevação da taxa de alfabetização e tem muito impacto na diminuição da pobreza, uma vez que se aumenta a capacidade de qualificação profissional que leva também à redução da privação de renda. A maior redução observada no IES do Sudeste foi no ano 2011 onde passou de 16,16% de exclusão no ano 2010 para 11,40% em 2011, reduzindo 29% da exclusão nesse ano. O maior aumento foi observado em 2000, onde o IES passou de 12,7% em 1999 para 15,29% em 2000. A variação do IES no Sudeste no período de 1993 a 2013 foi de 30%.

Gráfico 6 – Evolução do IES na região Sudeste no período de 1993 a 2013

Fonte: PNAD, 1993, 2013.

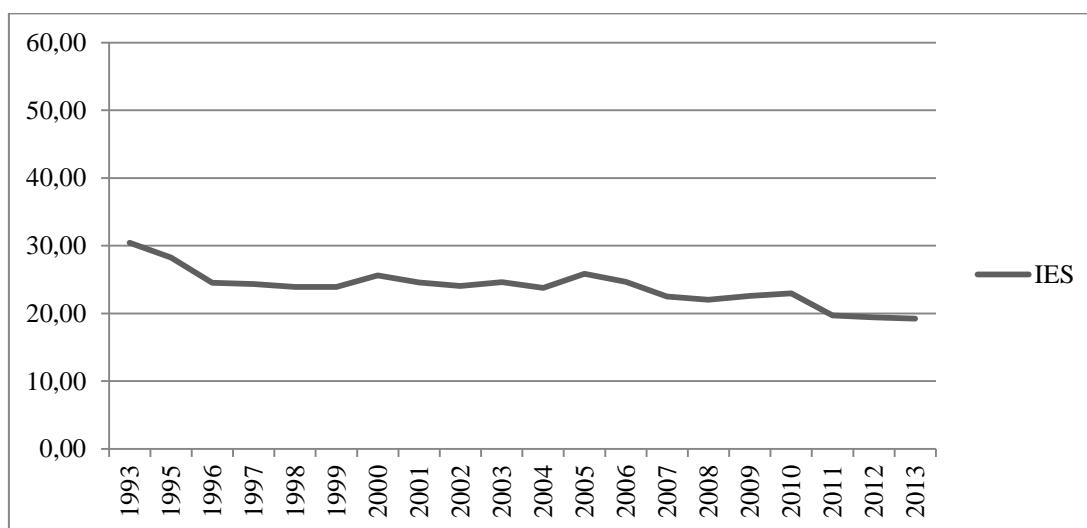
Na região Sul observa-se também a baixa taxa de privação de educação, sendo a menor observada em 2013 onde apenas 2,51% da população maior de quinze anos se declararam como analfabeta. As maiores privações observadas no Sul é a privação de renda e de saneamento, e as menores privações são a de educação e de coleta de lixo. O maior aumento no IES da região Sul foi observado em 2012 onde aumentou 35%, passando de 14,76% de exclusão em 2011 para 19,89% em 2012, porém no na seguinte houve a maior redução observada em 31%, onde o IES passou para 13,66%, menor valor apresentado desde 1993 para esta região.

Gráfico 7 – Evolução do IES na região Sul no período de 1993 a 2013

Fonte: PNAD, 1993, 2013.

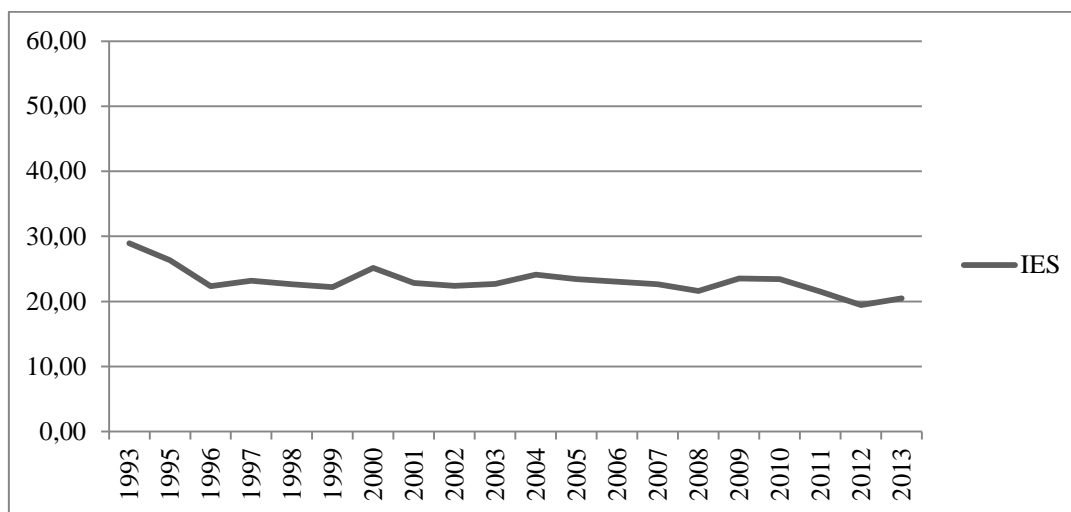
A região Centro-Oeste tem apresentado altas taxas de privação de saneamento nos últimos vinte anos, com baixa redução no período observado. Apesar de ter baixa taxa de analfabetismo para a população maior de quinze anos, a privação de renda ainda se mantém forte nessa região. A privação de água encanada apresenta redução contínua nos últimos anos, bem como a privação de coleta de lixo. A maior redução do IES no Centro-Oeste foi observada em 2011, com redução de 14% da exclusão o índice passou de 22,95% em 2010 para 19,73% em 2011. E o maior aumento observado foi em 2005, com 9% de aumento passando de 23,78% em 2004 de exclusão para 25,86% em 2005.

Gráfico 8 – Evolução do IES na região Centro-Oeste no período de 1993 a 2013



Fonte: PNAD, 1993, 2013.

A maior redução apresentada no IES brasileiro foi no ano de 1996, onde foram reduzidos 15% da exclusão no país, passando de 26,31% no ano de 1995 para 22,35 no ano de 1996. O maior aumento apresentado no IES do Brasil foi em 2000 com 13% de aumento, passando de 22,18 no ano de 1999 para 25,16 no ano 2000. A variação no Índice de Exclusão Social do Brasil é de 9%. Pode ser observado no gráfico 9 a evolução do índice no país.

Gráfico 9 – Evolução do IES no Brasil no período de 1993 a 2013

Fonte: PNAD, 1993, 2013.

Tabela 6 – Evolução do IES (%) no Brasil e Regiões no período de 1993 a 2013

| ANO | BRASIL | CENTRO-OSTE | NORDESTE | NORTE | SUDESTE | SUL |
|------|--------|-------------|----------|-------|---------|-------|
| 1993 | 28,93 | 30,43 | 49,42 | 32,03 | 18,87 | 22,61 |
| 1995 | 26,31 | 28,24 | 44,27 | 26,24 | 15,54 | 19,85 |
| 1996 | 22,35 | 24,51 | 39,46 | 24,80 | 12,82 | 17,33 |
| 1997 | 23,17 | 24,34 | 47,36 | 25,96 | 13,23 | 17,76 |
| 1998 | 22,64 | 23,91 | 40,95 | 25,67 | 13,06 | 17,91 |
| 1999 | 22,18 | 23,9 | 40,34 | 24,31 | 12,7 | 17,34 |
| 2000 | 25,16 | 25,64 | 42,46 | 38,18 | 15,29 | 19,50 |
| 2001 | 22,81 | 24,57 | 39,89 | 26,62 | 13,99 | 17,53 |
| 2002 | 22,40 | 24,06 | 44,32 | 26,44 | 13,88 | 16,94 |
| 2003 | 22,68 | 24,61 | 45,00 | 26,83 | 14,26 | 16,35 |
| 2004 | 24,09 | 23,78 | 38,78 | 29,59 | 13,65 | 15,77 |
| 2005 | 23,43 | 25,86 | 47,08 | 32,61 | 14,99 | 16,62 |
| 2006 | 23,01 | 24,69 | 41,41 | 34,89 | 13,33 | 15,05 |
| 2007 | 22,64 | 22,49 | 37,67 | 37,33 | 14,68 | 19,10 |
| 2008 | 21,60 | 22,03 | 37,50 | 37,33 | 13,54 | 19,86 |
| 2009 | 23,51 | 22,60 | 27,79 | 30,12 | 14,10 | 16,47 |
| 2010 | 23,42 | 22,95 | 44,91 | 33,90 | 16,16 | 17,29 |
| 2011 | 21,51 | 19,73 | 34,68 | 30,25 | 11,40 | 14,76 |
| 2012 | 19,45 | 19,41 | 36,78 | 29,37 | 13,62 | 19,89 |
| 2013 | 20,45 | 19,26 | 34,68 | 31,41 | 13,92 | 13,66 |

Fonte: PNAD, 1993, 2013.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se através desta pesquisa que houve crescimento do PIB per capita e do PIB Agregado do Brasil e regiões bem como crescimento do salário mínimo nas últimas duas décadas, porém nos períodos de maior inflação o crescimento real observado foi menor tanto para o PIB per capita e do PIB Agregado do Brasil quanto para o salário mínimo. Os períodos de maior crescimento real do salário mínimo observado foram os períodos onde a inflação estava estável. Através da regressão linear simples realizada conclui-se há evidência linear entre as duas variáveis no período de 1993 a 2013 e que na medida em que o salário mínimo tenha evolução, o PIB per capita do país e das regiões também serão elevados. Para cada um real de aumento do salário mínimo haverá um aumento de 26,123% do PIB per capita.

Ainda sobre a relação do PIB per capita com o salário mínimo, concluiu-se que os menores valores PIB per capita foram apresentados na região Nordeste, região cuja economia sempre foi baseada na agricultura familiar e na subsistência e que tem sido castigada nas últimas décadas com a falta de investimento tecnológico, falta de industrialização e falta de projetos para viabilizar convívio com a seca.

Sobre o PIB Agregado concluiu-se que a maior concentração do está na região Sudeste, que tem sido a região com maior desenvolvimento ao longo da formação da economia brasileira. Observou-se que a região Norte é a que menos tem participação relativa no Produto Interno Bruto Agregado brasileiro, decorrente de sua economia extrativista e baseada na agricultura que se estende desde os primórdios da economia do Brasil.

Em relação à pobreza no Brasil no período de 1993 a 2013, concluiu-se que a elevação do salário mínimo não tem implicação sobre a redução do Índice de Exclusão Social que é utilizado para calcular o percentual da população excluída, ou seja, sinônimo de pobreza e, portanto não haverá redução do IES na medida em que o salário mínimo evolua. Concluiu-se que a região com maior número da população excluída é o Nordeste e que a população é privada principalmente de renda, de saneamento básico e de coleta de lixo, além da alta taxa de analfabetismo da população acima de quinze anos. Verificou-se ainda que a região que possui menor índice da população excluída é o Sudeste, com baixa taxa de analfabetismo para a população acima de quinze anos, baixa taxa de privação de água e baixa taxa de privação de coleta de lixo.

Portanto, conclui-se que nos últimos vinte anos a situação da pobreza no Brasil pouco mudou mesmo com a elevação do salário mínimo, pois ainda há muitos excluídos nas regiões que possuem acesso mais precário a serviços públicos que são de necessidades básicas do indivíduo. E muito deve ser feito ainda para que a pobreza tenha uma melhora significativa principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que são as que mais sofrem com a falta de políticas públicas. É preciso que haja melhora da qualidade e no modo de vida da população para que haja desenvolvimento do país, pois o desenvolvimento não compreende apenas a ideia de crescimento no Produto Interno Bruto. Para que haja melhora é preciso que sejam elaboradas e colocadas em prática políticas públicas que priorizem o acesso a serviços essenciais à população, proporcionando melhora no padrão da qualidade de vida da população brasileira.

Este trabalho abre portas para que seja analisada a pobreza não somente como sinônimo de privação de renda já que não é somente o aumento de renda que irá resultar na queda da pobreza, mas também como privação de outros serviços essenciais a população e aos indivíduos. Ainda abre portas para analisar que a saúde dos indivíduos tem sido impactada pela privação de serviços básicos, já que há estudos onde constam que para cada um real investido em saneamento básico economizam-se quatro reais em saúde. Além disso, abre portas para a discussão de melhores programas de transferências de renda que visem melhora na qualidade de vida da população, principalmente nas áreas mais vulneráveis do país.

6. REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World development indicators**. Washington, D.C.: World Bank, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 7.

_____. **Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940**.

DIEESE. **Salário mínimo**: instrumento de combate à desigualdade. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade.pdf>>.

Acesso em 08 de Outubro de 2015.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Índice geral de preços, disponibilidade interna**. Rio de Janeiro: FVG, 2013.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1968.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria**. 5. ed. México: McGRAW-HILL, 2004. p. 15-277.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. New York: United Nations Development Program, 1997. 230 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 1993**. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 1995**. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 1997**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 1998**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 1999**. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2002**. Rio de

Janeiro, 2002.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2003.** Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2004.** Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2005.** Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2006.** Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2007.** Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2008.** Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2009.** Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2011.** Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2012.** Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2013.** Rio de Janeiro, 2013.

ILO. **Global Wage Report 2008/09:** Minimum wages and collective bargaining: Towards policy coherence. Geneva: International Labour Office, 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/What_we_do/Publications/lang--en/docName--WCMS_100786/index.htm>. Acesso em 21 de Novembro de 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, v. 15, p. 79-112, 2006.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil:** radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

MARX, Karl. O capital: livro 1. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1968.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 150 p.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, credito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOARES, Sergei S. D. **O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2002, 52 p. (Texto para Discussão, n. 873.).